

PIB, PAP e PIL

*** Roberto Rodrigues**

O Plano da Safra anunciado pelo Governo Federal na primeira semana de julho foi uma surpresa para analistas em geral. Afinal, em meio a um duro ajuste fiscal marcado pelas restrições creditícias e aumento de impostos, foram alocados 187,7 bilhões de reais para o crédito rural, cerca de 20% a mais do que o anunciado para a safra passada.

Mas não é uma surpresa para quem conhece e acompanha o agronegócio brasileiro. Ao contrário, seria assombroso se o governo continuasse a desconsiderar este extraordinário setor econômico e social como fez em anos anteriores. A novidade deste ano foi o anúncio em si mesmo: cercado de uma solenidade importante, no Palácio do Planalto, com discurso da Presidente da República mostrando sua elevada consideração quanto aos produtores rurais do país, com a presença de vários Ministros de Estado, Senadores, Deputados Federais, lideranças de todas as cadeias produtivas e grande cobertura da mídia. Este foi o destaque, e claramente tem que ser atribuído à forte influência da Ministra Katia Abreu dentro do Governo como um todo e junto à Presidente em particular. A competência da Ministra e sua disposição incomum para o bom combate tiveram este bom resultado.

Mas não é para menos. Poucos dias antes, haviam sido anunciados os números da economia nacional para o primeiro trimestre de 2015 e, mais uma vez, ficou patente a contribuição positiva do agronegócio. O PIB brasileiro caiu 0,2% em relação ao trimestre anterior, enquanto o da agropecuária cresceu 4,7%, seguido pelo da extração mineral (+3,3%). Surpreendeu a diminuição dos serviços (-0,7%), além do já esperado problema na indústria (-0,3%) e até do comércio (-0,4%). E tem mais: se comparados com o 1º trimestre de 2014, os dados para a agropecuária são também positivos (+4%), enquanto o PIB total caiu 1,6%, com queda da indústria (-3,0%) e serviços (-1,2%).

Aliás, mesmo considerada a redução dos preços agrícolas em dólar em 2014, o PIB da agropecuária cresceu 0,6% em todo o ano, enquanto que o PIB total caiu 0,9%.

Além disso, são conhecidos outros números: o agronegócio representa 23,5% do PIB nacional. E o setor gera 30% dos empregos do país. É verdade que a agropecuária soma apenas 6% do PIB total, mas dele depende tudo o que vem antes da porteira das fazendas (insumos, sementes, crédito) e o que vem depois dela (armazenagem, industrialização, embalagem, distribuição).

Portanto, só mesmo um governo muito despreparado deixaria de prestar atenção ao segmento que vem sendo a alavanca da economia nacional, inclusive quanto ao saldo comercial: em 2014 nossa balança externa teve um déficit de 3,9 bilhões de dólares, enquanto o agronegócio tem um superávit de 80,1 bilhões de dólares, sobra essa que vem se repetindo sucessivamente, ano após ano.

Dos 187,7 bilhões de reais do Plano da Safra, 149,5 bi serão para custeio (33% a mais que no ano passado) e 38,2 bi para investimento (13% a menos que em 2014). A taxa de juros subiu, como estava previsto, pois a SELIC também subiu. O custeio custará 8,75% ao ano e no ano passado era de 6,5%. Neste

capítulo, o mais importante é que a parcela de crédito com juros controlados será de 94,5 bilhões, 7,5% a mais que no ano passado. Esta parcela dependerá dos depósitos à vista em bancos, que, com a crise, estão diminuindo.

E, novidade importante, 53 bilhões virão das LCA, criadas no primeiro mandato do Presidente Lula: a semente vingou positivamente.

Uma pena mesmo foi a redução do volume de recursos para a subvenção do Seguro Rural: 668 milhões contra 700 bilhões do ano passado. O seguro é um instrumento fundamental para a garantia da renda do produtor brasileiro, como já acontece no mundo todo, e é muito importante que cresça, e não diminua.

Por fim, um dos mais sérios programas brasileiros, o ABC (Agricultura de Baixo Carbono) também teve redução no volume de recursos, (3 bilhões para este ano contra 4,5 bilhões do ano passado) e aumento dos juros (7,5% a 8% este ano contra 4,5% a 5,0% de 2014), o que é uma pena, porque em dezembro deste ano teremos a COP 21, na qual este seria um grande trunfo do Brasil.

Mas, de resto, o Plano foi muito positivo, mesmo com a redução de recursos para investimentos: com sinal de margem menor em 2016, os produtores investirão menos mesmo.

Positivo também foi o anúncio das concessões feitos em 9 de junho, dentro do Programa de Investimentos em Logística (PIL), com previsão de uso de 198,4 bilhões de reais entre recursos públicos e privados, em projetos que ultrapassam o mandato do atual governo, que se encerra em 2018. Até lá seriam investidos R\$ 69,25 bilhões e o restante a partir de 2019.

O mercado reagiu com otimismo cauteloso quanto a este bombástico anúncio. Otimismo porque o programa atenderá uma antiga demanda por novas rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, com uma clara direção privatista. Recursos viriam em parte do BNDES mas também em grande parte do setor privado, principalmente através de emissões das debêntures de infraestrutura por parte das empresas interessadas em investir. É um novo modelo, que agrada ao setor privado e moderniza suas relações com o governo e, sobretudo, resolve um dos mais antigos e maiores gargalos para o desenvolvimento do interior do país, principalmente do agronegócio.

Mas cauteloso porque em 2012 foi lançado um Plano parecido que praticamente não saiu do papel. Só que desta vez não dá mais para enganar: o governo tem que sair do imobilismo e gerar empregos e riquezas para os brasileiros.

Tanto o PAP quanto o PIL estão voltados para este tema. E o PIB do agro crescerá muito mais se tudo funcionar conforme anunciado.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**